

DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA – XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA., CNPJ Nº. 14.707.364/0001.10, CONTRA À ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOTREQ S.A., CNPJ Nº 34.151.100/0013-74, NO PREGÃO 90021/2024, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MOTONIVELADORAS, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DIVERSOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ, CEARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, TOCANTINS, GOIÁS, MINAS GERAIS E DISTRITO FEDERAL DISTRIBUÍDOS EM 10 (DEZ) ITENS, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO APOIAR AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA E PROTEÇÃO HIDROAMBIENTAL.

1. CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, é oportuno registrar que a análise das propostas e documentação de habilitação das licitantes, foi realizada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio com estrita observância aos princípios basilares da licitação e aos critérios estabelecidos no Edital 90029/2024.

2. RESUMO DOS FATOS

A empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.**, participante do Pregão Eletrônico nº 90029/2024, apresentou intenção de recurso, **contra a decisão que declarou a empresa SOTREQ S.A., vencedora do item 08**, em momento próprio da sessão pública do Pregão, impetrando posteriormente recurso administrativo, tempestivamente, via o sistema do Portal de Compras do Governo Federal (Gov.BR), onde apresenta as seguintes alegações:

- a) A recorrente alega que o equipamento não atende o requisito de peso operacional mínimo;
- b) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tem tração 6x4;
- c) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tenha escarificador e que possua 05 dentes;

- d) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tenha cabine fechada ROPS/FOPS com ar condicionado;
- e) A recorrente alega que, a recorrida apresentou em sua qualificação técnica, atestados em nome de terceiros;
- f) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou Carta de Apresentação;
- g) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor NÃO Apresentada – LCVM;
- h) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou que a garantia mínima do produto ofertado seja de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem;
- i) A recorrente alega que, a recorrida apresentou documentos em nome de empresa distinta da empresa licitante;

3. QUANTO AO MÉRITO DAS ALEGAÇÕES FORMULADAS

Com relação às alegações da recorrente, resumidas no item 2 acima, cabe esclarecer que a recorrida atendeu às exigências do Edital e seus anexos, conforme descrito abaixo:

a) A recorrente alega que o equipamento não atende o requisito de peso operacional mínimo;

O Termo de Referência exige que as motoniveladoras possuam um peso operacional mínimo de 13.000 kg. A SOTREQ, durante a sua habilitação no certame, apresentou catalogo do modelo SEM915FT3, cujo peso operacional é de 14.230 kg (com cabine ROPS), conforme especificado no catálogo técnico e ratificado pelas informações fornecidas na sua contrarrazão. Portanto, o equipamento ofertado atende a exigência mínima de peso operacional.

b) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tem tração 6x4;

Em resposta à alegação de que a empresa recorrida não comprovou a descrição de tração 6x4 exigida pelo edital, é importante esclarecer que as motoniveladoras utilizam um sistema **TANDEM**, como descrito no catálogo técnico fornecido pela SOTREQ. O termo "TANDEM" refere-se ao sistema de tração utilizado nas rodas traseiras das motoniveladoras, que é composto por um eixo duplo, acionado

por corrente, garantindo que as duas rodas traseiras de cada lado operem de forma sincronizada para maximizar a tração e o controle da máquina.

O eixo tandem, acionado por corrente funciona da seguinte maneira: o motor transmite potência para o eixo diferencial, que, por sua vez, aciona uma corrente conectada às duas rodas traseiras de cada lado. Isso proporciona distribuição de força igual para as rodas, otimizando a tração, especialmente em superfícies irregulares ou escorregadias. Esse sistema é altamente eficiente em operações que demandam estabilidade e precisão no controle da motoniveladora.

Assim, considerando que o sistema tandem é utilizado nas motoniveladoras modernas para atender aos requisitos de tração e desempenho, fica comprovado que a recorrida atende às exigências do edital, visto que o sistema 6x4 é uma característica comum no projeto dessas máquinas.

c) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tenha escarificador e que possua 05 dentes;

A recorrida comprovou na proposta inicial e ratificou por meio da sua contrarrazão, que o equipamento ofertado será configurado com o escarificador de cinco dentes, conforme requerido pelo Termo de Referência. Além do mais, no descritivo da sua proposta, a recorrida apresentou, que como característica de seu equipamento o atendimento do escarificador traseiro com cinco dentes e que está de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que tem conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do Edital.

d) A recorrente alega que, a recorrida não comprovou que o equipamento tenha cabine fechada ROPS/FOPS com ar condicionado;

Em seu o catálogo do modelo SEM 915F T3 apresenta que há ROPS, mas não mencionou a presença de FOPS. Este pregoeiro e sua equipe, fizeram diligência, durante a sessão, antes de sua habilitação, para a comprovação ou não da presença de FOPS, e a recorrida, através de Declaração De Conformidade De Produto emitido pelo fabricante e de apresentação de Certificado, que comprovou, que atende a norma ISO 3471:2008 e ISO 3449:2005. Também na sua contrarrazão, a recorrida confirma que foi enviado certificado da Caterpillar (Qingzhou) Ltda., empresa responsável pela fabricação dos equipamentos SEM, que certificou que o produto motoniveladora SEM915F possui cabine fechada ROPS/FOPS com ar-condicionado frio e quente, atendendo a mesma regulamentação conforme normas ISO 3471:2008 e ISSO 3449:2005. Tal certificado é o principal documento de atesta a conformidade do produto, ainda hoje. Portanto cumpre os requisitos estipulados no Edital e Termo de Referência.

e) A recorrente alega que, a recorrida apresentou em sua qualificação técnica, atestados em nome de terceiros;

O atestado fornecido pelo Governo do Estado de Rondônia, comprova a quantidade mínima de fornecimento de motoniveladora exigido no edital. É aceito atestado de fornecimento da empresa SOTREQ, não diferenciando matriz ou filial específica. O Tribunal de Contas da União, através do **Acórdão 3056/2008**, esclarece o seguinte:

Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências.

Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente.

Deste modo, matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. A matriz e filial representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica, fato corroborado, inclusive, pelo art. 10, § 1º, da Instrução Normativa RFB 748, 28/06/2007:

Portanto, conforme entendimento do TCU matriz e filial(is) forma uma única pessoa jurídica, embora seja(m) estabelecimentos distintos.

O Ministro Relator do **Acórdão 1277/2015** – também segue essa mesma linha de raciocínio, vejamos:

9.2.4.5. Também não há problema na utilização de atestado de capacidade técnica com CNPJ da matriz, pois, como deixou claro a Administração em sua resposta ao recurso administrativo da Representante, “a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional está ligada ao organismo da empresa que são transmitidas da matriz a todas as filiais ou vice-versa” (peça7, p. 3, item 27).

f) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou Carta de Apresentação e também não foi enviado procuração do representante legal;

Foi enviada pela recorrida, a proposta comercial, em momento certo, durante a aceitação da proposta, contendo todas as informações exigidas como: Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome,

estado civil, profissão, nacionalidade, CPF identidade, do dirigente ou representante legal, atendendo sim todas as exigências editalícias.

Quanto a não apresentação de procuração de seu representante legal, foi enviado pela recorrida, na sua contrarrazão a procuração dando poderes ao seu representante legal, mas esse pregoeiro verificou que a data da procuração se encontrava vencida. Esse pregoeiro, então, baseado Item 9.5 do Edital, que diz que é facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitou que fosse enviada, procuração com data anterior ao envio da proposta, ou seja, dando condições ao Sr. Tiago Bandeira a ter assinado a proposta como procurador. A recorrida respondeu a essa diligência, apresentando o exigido. O e-mail encontra-se na página do edital, no endereço, https://editais2024.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao_eletronico/editais-publicados-em-2024/edital-no-90021-2024/.

Sendo assim, atendeu ao edital.

g) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor NÃO Apresentada – LCVM;

Conforme consta no catálogo da empresa SOTREQ S/A, a máquina ofertada atende ao padrão de emissões EPA Tier III, estando assim em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência do edital. É importante destacar que, para essa especificação, o edital não exige a apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM). Para esse requisito, o catálogo apresentado cumpre o que foi solicitado pelo Termo de Referência. Sendo assim, atendeu ao edital.

h) A recorrente alega que, a recorrida não apresentou que a garantia mínima do produto ofertado seja de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem;

Em sua proposta, a recorrida, apresentou na Descrição/Especificação do bem que a garantia será mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal, com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito, contudo, também na proposta, a recorrida diz que o prazo de garantia é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, gerando dúvida se a garantia será do dia do recebimento ou do dia útil subsequente. Sendo assim, mais uma vez,

este pregoeiro fez diligência a recorrida, visando esclarecer tal dúvida. A recorrida respondeu, confirmando que a garantia técnica seguirá integralmente as especificações do edital, iniciando na data da entrega definitiva do bem. O e-mail, com essa confirmação pode ser visualizado na página do edital-
https://editais2024.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao_eletronico/editais-publicados-em-2024/edital-no-90021-2024/ . Sendo assim a recorrida atendeu ao exigido no edital.

I) A recorrente alega que, a recorrida apresentou documentos em nome de empresa distinta da empresa licitante

Este pregoeiro e sua equipe, consultou no SICAF, no dia 17/10/2024 no CNPJ 34.151.100/0013-74 e constatou que recorrida estava em conformidade com a Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal, constando a Receita Federal, PGFN com validade até 01/10/2024, a regularidade do FGTS com validade até 01/11/2024 e a regularidade trabalhista com validade até 04/03/2025. Quanto as Atas de reunião do Conselho e de Assembleia enviadas, não são exigência do Edital. Quanto aos índices financeiros, foi feito Comprovação da situação financeira da empresa, tomando como base ao Balanço apresentado e a recorrida comprovou que seus índices eram superiores a 1. A recorrente, afirma também, que a recorrida apresenta o Certificado de Regularidade do FGTS com data de validade expirada, mas na data de abertura do pregão que foi dia 17/09/2024, a recorrida não estava com a certidão vencida. Quanto a certidão de falência, foi enviado a certidão de falência da matriz e conforme esclarecimento na ajuda do Comprasnet, a Certidão Negativa de Falência/Concordata deverá ser emitida no CNPJ da matriz, vide http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/siasg/faqsicaf_nov2006.htm, no item 5.

Portanto, após análise técnica da Proposta, Contrarrazões, documentações e especificações apresentadas, verifica-se que a empresa SOTREQ atende aos requisitos técnicos estabelecidos pelo edital.

4 – DA DECISÃO

Diante do exposto acima, em relação ao Recurso impetrado pela empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.**, contra a sua habilitação da empresa **SOTREQ S.A.**, o Pregoeiro e sua Comissão decidem:

- a) Que o referido recurso **NÃO PROCEDE**, sendo, portanto, **indeferido**; convalidado pela Área Técnica Responsável e Secretaria de Licitações da Presidência;
- b) Submeter a presente decisão à MANIFESTAÇÃO da Autoridade Competente, conforme estabelece o inciso IV, do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, devendo em seguida ser encaminhada de volta à PR/SL, para realização das fases subsequentes à decisão proferida.

Brasília – DF, 06 de novembro de 2024

CLAUDIO AZEVEDO FLORÊNCIO
Pregoeiro do Edital 90009/2024